

À LUZ DE UM PARCEIRO DA UFSB, COMO TEM SIDO O PROCESSO DE REDENOMINAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO?

Considering the perspective of a partner from UFSB, how has the renaming process of Parque Nacional do Descobrimento evolved?

Virginia Martins Fonseca

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

RESUMO

Como foi o processo de red denominação do Parque Nacional do Descobrimento, considerando a perspectiva da decolonialidade combativa e evidenciando aspectos educativos, a partir do olhar de um protagonista? Este trabalho refere-se aos resultados parciais de uma pesquisa de pós-doutoramento que considerou, principalmente, a percepção de quem atuou nesse território de forma proativa. Nessa seara, adotamos como metodologia a perspectiva da pesquisa qualitativa-interpretativa, contemplamos como instrumentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental e realizamos uma entrevista semiestruturada, com o intuito de suscitar um diálogo para a reflexão do tema no território e para além dele. Nossa intenção foi compreender essa realidade considerando a perspectiva do professor Dr. Álamo Pimentel Gonçalves da Silva, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal do Sul da Bahia (IHAC/CSC/UFSB), que atuou diretamente nas ações de mobilização e escuta social nesse processo. Entendemos que os principais resultados estão diretamente relacionados aos aspectos da colonialidade da memória que marcaram o contexto de ocupação da costa litorânea do Brasil, bem como à necessidade urgente, em tempos de resistências cotidianas, de visibilizar e valorizar as ações protagonizadas por quem está no território.

Palavras-chave: decolonialidade combativa; área protegida; Território indígena Comexatibá.

ABSTRACT

How did the process of renaming the Parque Nacional do Descobrimento (Descobrimento National Park) unfold, considering the perspective of combative decoloniality and highlighting educational aspects from the perspective of a protagonist? This work presents partial results of postdoctoral research that essentially considered the perception of those who acted proactively within the territory. In this context, we adopted a qualitative-interpretative research methodology, using bibliographic and documentary research as data collection instruments, and conducted a semi-structured interview focused on fostering dialogue and reflection on the theme within and beyond the territory. Our goal was to understand this reality through the perspective of Professor Dr. Álamo Pimentel Gonçalves da Silva, from the Institute of Humanities, Arts, and Sciences at the Federal University of Southern Bahia (IHAC/CSC/UFSB), Brazil, who was directly involved in the mobilization and social listening efforts during the process. We understand that the main results are directly related to the aspects of the coloniality of memory that marked the context of the occupation of Brazil's coastal region, as well as to the urgent need—especially in times of everyday resistance—to make visible and value the actions led by those within the territory.

Keywords: combative decoloniality; protected area; Comexatibá Indigenous Territory.

INTRODUÇÃO

Por uma história ambiental do Parque Nacional do Descobrimento: a introdução necessária

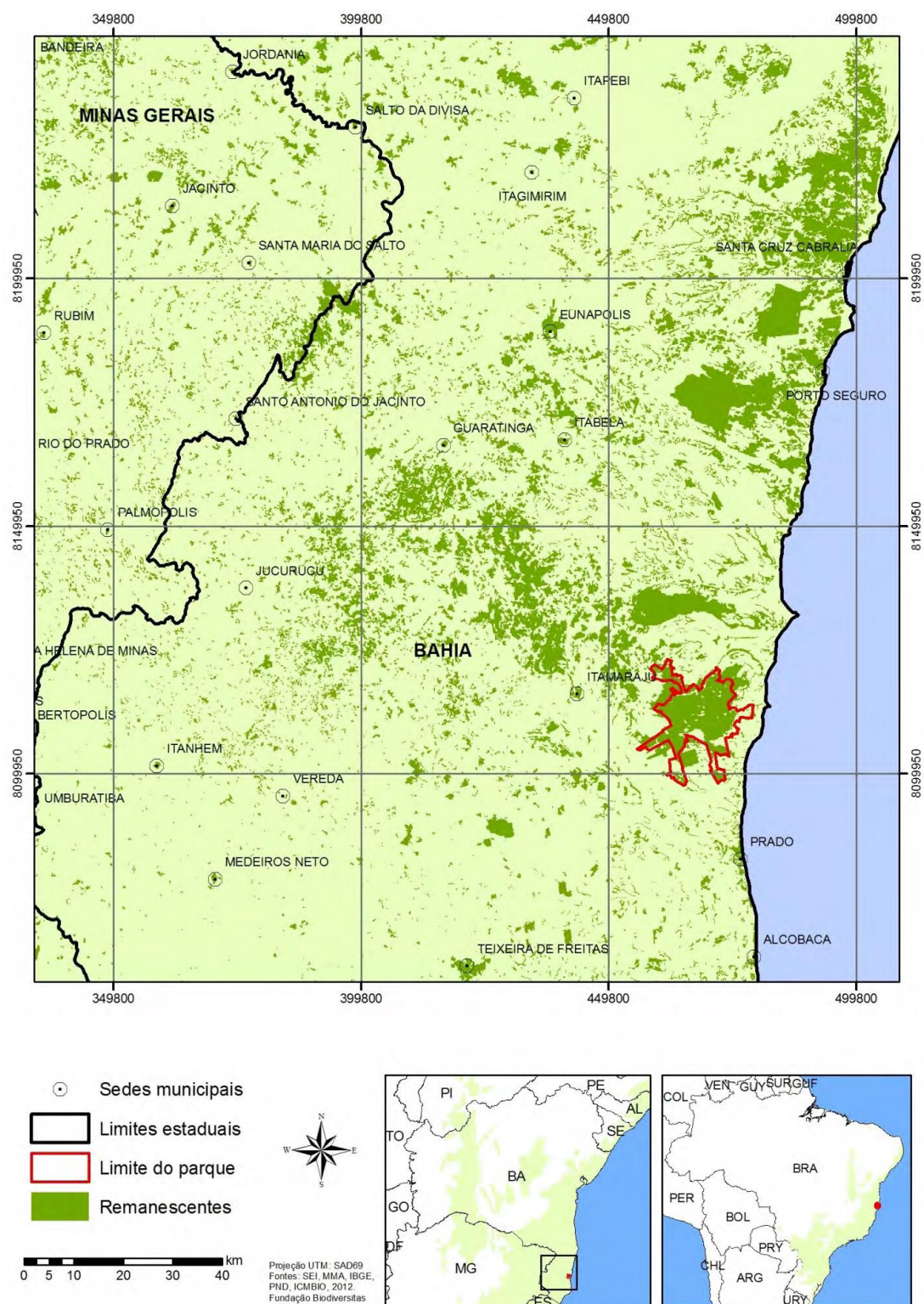
O Parque Nacional do Descobrimento [PND] é um território protegido e categorizado como uma unidade de conservação de Proteção Integral. Localizado no município de Prado, a aproximadamente 800 quilômetros de Salvador, se trata de um dos quatro parques nacionais situado no Extremo Sul do Estado da Bahia (Figura 1), criado pelo Decreto Federal de 20 de abril de 1999 (Brasil, 1999), com uma área de 21.129 hectares [ha] e ampliado em mais 1.549ha pelo Decreto Federal de 05 de junho de 2012 (Brasil, 2012), perfazendo uma área total atual de 22.673,97ha.

O conceito de *Hotspot* (Myers, 1988) trata da importância em proteger as regiões biologicamente mais ricas e ameaçadas do planeta. Atualmente são 36 áreas classificadas como *Hotspots* em todo o mundo, sendo duas no Brasil: a Mata Atlântica e o Cerrado. Para a *Conservation Internacional* (2025), os habitats intactos dos *Hotspots* representam apenas 2,5% da superfície terrestre, mas suportam mais da metade das espécies de plantas endêmicas do mundo – ou seja, espécies encontradas em nenhum outro lugar – e quase 43% das espécies endêmicas de pássaros, mamíferos, répteis e anfíbios. A Mata Atlântica se figura como terceiro bioma no ranking dos *Hotspots*.

O PND se destaca por ser o maior remanescente de Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa) sobre Tabuleiros Costeiros do Brasil, em bom estado de conservação na região Nordeste do país, (Brasil, 2014), contribuindo com 2% do território protegido desse bioma, o que lhe confere alguns títulos de reconhecimento internacional. Dentre os quais, citamos a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica [RBMA], criada em 1991 e que foi ampliada diversas vezes. Atualmente, segundo a RBMA (2026), esta área possui cerca 89 milhões de hectares em 17 estados brasileiros ao longo da faixa leste do país, sendo o maior e um dos mais importantes territórios da Rede Mundial da Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura [UNESCO], pelo Programa *Man and Biosphere* [MaB] que, atualmente, conta com 748 Reservas da Biosfera, reconhecidas em 134 países (RBMA, 2026).

Mas, para além de evidenciar a relevância ecológica enquanto bem comum em que sublinhamos não faltam publicações institucionais, científicas, técnicas e na mídia contemporânea sobre sua importância, nos interessa visibilizar um processo notadamente marcado por seu caráter de decolonialidade combativa, como denomina Maldonado-Torres (Mortari; Moraes de Assunção; Tombini Wittmann; Anízio Cassiano, 2023) e, quiçá na atualidade, como uma práxis precursora no âmbito das áreas protegidas, uma vez que busca conciliar interesses tanto da gestão de um parque nacional como de um território indígena, posto que vem se conformando como uma importante estratégia de dupla proteção para ambos.

Figura 01 - Localização do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, Bahia): aspecto geopolítico e relação com área de domínio do bioma Mata Atlântica.



Fonte: Brasil (2014, p. 29).

Entendemos que tal experiência pode -e deve- servir de inspiração para concretizar o audacioso propósito de Bozzano (2017), diante do seu conceito relacionado aos territórios possíveis enquanto utopias reais.

Neste sentido, introduzidos os aspectos de localização geográfica e atributos ecológicos, é de suma relevância apontar o contexto histórico e político-institucional do PND. E, é em seu plano de manejo, revisado e publicado em outubro de 2024, que destacamos de forma bastante pragmática que:

A história do lugar onde hoje é o município de Prado, registrada em papel, remonta ao primeiro contato entre os povos originários (indígenas locais) e portugueses ocorrido em 1500, tendo a criação do PND ocorrida no contexto das comemorações dos “500 anos do Brasil”. O nome “Descobrimento” faz referência ao episódio de primeiro contato entre europeus e habitantes da terra que hoje denomina-se “Brasil”, ocorrido na região da foz do Rio Cahy [Apesar de o Parque não se estender até a foz do Rio Cahy, ele funciona como protetor de um conjunto de mananciais que abastecem esse rio], conforme descrição da Carta de Pero Vaz de Caminha ao rei português Dom Manuel I. Esse termo vem sendo questionado por reforçar a narrativa de quem chegou ao território, mas não aquela dos que aqui já estavam (Brasil, 2024, p. 14).

Ainda segundo o plano de manejo do PND (Brasil, 2024), historicamente foram diversos os usos e ocupações no território onde foi criado o parque, e segundo a história mais recente, se até meados do século XX viviam indígenas da etnia Pataxó, foi a partir da década de 70 que passou a predominar o extrativismo madeireiro de espécies florestais nativas administrado pela Sociedade Anônima Brasil-Holanda Indústria [BRALANDA], por meio da técnica de corte seletivo.

Segundo o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação [RCID] Terra Indígena [TI] Comexatibá [Cahy/Pequi] (FUNAI, 2015), os indígenas Pataxó foram violentamente expulsos, vítimas desta expansão do extrativismo florestal com vistas ao aumento dos lucros da multinacional. Nessa linha de raciocínio, entende-se que:

A área do PND pertencia à indústria extrativista Brasil Holanda. De acordo com a analista ambiental e funcionária do Parque, Carmem Barcellos, a empresa procurou os órgãos governamentais no intuito de que a área fosse vendida com finalidade de conservação da mata preservada contida na área.

[...] A criação do Parque ocorreu em um contexto de exploração da Mata Atlântica por empresas de papel e celulose, tentativa de estabelecimento de populações indígenas em terras da região, e expansão da criação de gado, que deram continuidade ao processo de dizimação da área de mata, objetivando a implantação de grandes pastos. Em meio a estes acontecimentos, criou-se o Parque Nacional do Descobrimento, uma tentativa do Estado de preservar o pouco que ainda restava da Mata Atlântica, e que estava sendo dizimada pelos fazendeiros. O enquadramento na categoria Parque Nacional se deve ao fato de o PND

preservar um ecossistema de grande relevância ecológica e beleza cênica, a Mata Atlântica, com potencial para a realização de pesquisas científicas, atividades educacionais e de interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico, por meio do contato com a natureza, fatores esses que justificaram tal enquadramento. Dessa forma, o Parque Nacional do Descobrimento foi criado com o objetivo de proteger e preservar amostras dos ecossistemas ali existentes e possibilitar o desenvolvimento das atividades mencionadas (Brasil, 2014, p. 101).

Nesse contexto, ainda segundo o plano de manejo (Brasil, 2024), quatro anos após a criação do PND, em 2003, iniciou-se uma situação de conflito entre a instituição gestora¹ da unidade de conservação [UC] e os indígenas Pataxó, no que esses denominam como “retomadas” do território, uma vez que os mesmos passaram a buscar refúgio no Parque Nacional diante de diversas situações de pressão e represálias sofridas por suas ocupações, até então, em áreas particulares. Sublinha-se que, segundo a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação [SNUC] (Brasil, 1999), nas UC do grupo proteção integral (caso da categoria Parque) não é permitido o uso direto dos recursos naturais, o que inclui a restrição à moradia e uso da terra dentro dos limites das UC pertencentes a esse grupo.

No entanto, com a publicação em 2012 da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas [PNGATI] (Brasil, 2012), depois da publicação, em 2015, do RCID, soma-se à história do PND um cenário de dupla proteção como regime de gestão territorial. A área sob dupla proteção, entre PND e TI Comexatibá, a partir da identificação da ancestralidade indígena Pataxó, é de 19,62% (4.547,22ha), sendo ocupada por seis aldeias localizadas integral ou parcialmente no interior do parque, a saber: Aldeias Alegria Nova, Gurita, Kaí, Monte Dourado, Pequi e Tibá.

Ousamos inferir que este território vai se imbuindo da práxis da decolonialidade combativa, já que o protagonismo das reivindicações por direitos dos Pataxós incorporam-se de forma significativa e com muita potência.

De âmbito nacional, intermediado pelo Ministério Público Federal [MPF], foi celebrado e assinado em 31 de maio de 2017, um Termo de Acordo entre o MPF, o ICMBio, a Funai e as lideranças indígenas do Povo Pataxó (Brasil, 2017), onde se firmou o compromisso de constituir um Grupo de Trabalho Interinstitucional para tratar da situação de sobreposição parcial entre o PND e o TI Comexatibá, de modo a compatibilizar os direitos territoriais e a conservação da natureza, por meio da elaboração de um Termo de Compromisso. Assim, em 02 de abril de 2018, foi publicado o Termo de Compromisso 02/2018 (Brasil, 2018), entre o ICMBio e as seis aldeias Pataxó (Alegria Nova, Gurita, Kaí, Monte Dourado, Pequi e Tibá) com o objetivo de:

¹ até 2007, sob a gestão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis [Ibama] e, a partir de 2008, sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [ICMBio].

estabelecer, durante a sua vigência, regras de convivência entre os membros das comunidades Pataxó das aldeias supramencionadas, da Terra Indígena Comexatibá e o ICMBio para a área de sobreposição entre a Terra Indígena delimitada e o Parque Nacional do Descobrimento, bem como pactuar condições de uso e manejo das terras e dos recursos naturais nas áreas da Unidade de Conservação em situação de sobreposição, de modo a garantir, concomitantemente, na medida do possível, os direitos constitucionais indígenas e os objetivos de criação do PND (Brasil, 2018, Clausula Primeira).

Assim, no dia 30 de março de 2023, foi assinado o termo aditivo (Brasil, 2023), com validade de mais 5 anos, diante da avaliação positiva do acordo por todos os entes signatários. Nessa seara, não podemos ignorar o contexto em que este termo foi renovado, proporcionando subsídios político-institucionais para visibilizar outra pauta bastante importante no território: o nome do parque. Um parque que recém completaria 25 anos de criação em abril de 2024, e que integrou o rol das celebrações dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil. Todavia, a comunidade local não foi consultada quanto ao seu nome. Ademais, nesta mesma ocasião, enquanto havia o projeto governamental *Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil*, se contrapunha, o *Movimento Brasil: 500 anos de resistência indígena, negra e popular*, ou *Brasil: outros 500*, que segundo Carvalho:

As divergentes intenções se afiguravam suficientemente claras: de um lado, o governo brasileiro planejava “recordar, festejar, celebrar”; do outro, planejavam-se outros 500, através daqueles que se consideram, no âmbito da nação brasileira, resistentes (*apud* Cesar, 2011, p.12).

Não obstante, ao longo da história recente, movimentos sociais e comunidades indígenas vêm destacando a necessidade de mudança do nome, para que reflita a realidade histórica da região, e tal aspecto foi ter maior evidência em fevereiro de 2023, justamente na realização das oficinas preparatórias de revisão do Plano de Manejo do PND e que, por essas casualidades do universo, culminaram no momento da assinatura de Termo Aditivo recém comentado. Destacamos que foi na celebração desse ato que, a presidenta da Funai, Joenia Wapichana, sugeriu que o Parque Nacional do Descobrimento ganhasse um nome em língua Pataxó, já que a palavra “descobrimento” não condizia com o histórico do Brasil, uma vez que ele foi invadido e não descoberto. Essa fala, somada à reivindicação da comunidade indígena, sensibilizou o ICMBio, de modo que a mudança do nome do parque passou a ter visibilidade como pauta nacional (FUNAI, ICMBio, Agência GOV, UFSB, dentre outros sites de notícias):

O movimento de descolonização do nome destaca não apenas a necessidade de alterar o termo “Descobrimento” mas também questiona práticas coloniais associadas a esse nome. (FUNAI, 2023)

O movimento de descolonização do PND parte do questionamento das origens do nome e problematiza, também, as práticas coloniais que esse nome carrega. Destaca-se o fato de que a palavra “descobrimento” é antropocêntrica – enfatiza a presunção de superioridade das ações humanas

sobre múltiplas formas de vida que coexistem no Parque. É etnocêntrica – destaca um modo de dominação de um determinado grupo étnico sobre outros grupos, outros povos, outros seres vivos. É homogeneizadora – fixa o sentido da história a partir do início da colonização portuguesa. A produção do termo “descobrimento” atualiza também as práticas de dominação de gabinete sobre a vasta diversidade socioambiental constitutiva da vida pública em escalas locais e planetárias. (Pimentel; Fukuda, 2023).

Todo este processo de consulta pública é uma ação educativa, onde a sociedade é convidada a pensar sobre um tema proposto, no caso, o nome “Descobrimento”. Ao problematizar o nome, estimula-se o questionamento sobre o que ele representa, a história colonial que carrega, o modelo de ocupação territorial e de exploração da natureza na região do parque. (UFSB, 2023)

Este trabalho refere-se aos resultados parciais obtidos em uma pesquisa de pós-doutoramento, em que foram realizadas algumas entrevistas considerando a percepção de quem atuou no território de forma ativa, buscando compreender a perspectiva de quem estava nesta arena, neste tempo. Nossa intenção foi justamente tentar alcançar, com maior empatia, a forma como cada um dos protagonistas entrevistados, em um total de quatro, percebeu este movimento considerando particularidades que poderíamos rotular como “endêmicas”, dado seu valor único, sua história de vida, sua relação com o território. Nesta seara, na seção que se segue, por meio de uma entrevista semiestruturada de pesquisa qualitativa-interpretativa, não há como não ser instigado a conhecer a trajetória deste acadêmico que teceu, com tanta sensibilidade e coerência, diálogos para a reflexão do tema no território e para além do território. Este trabalho contou com a preciosa contribuição do professor Dr. Álamo Pimentel Gonçalves da Silva, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências [IHAC], do Campus Sosígenes Costa [CSC], da Universidade Federal do Sul da Bahia, e por isso a intenção de compreender, à luz de um parceiro da UFSB, este processo de red denominação do Parque Nacional do Descobrimento para Parque Nacional de Maturembá. Pimentel considera as nuances de sua atuação no PND desde suas memórias com sua tese doutoral, publicada há quase 23 anos, até a oportunidade singular de vislumbrar tanto a práxis e a potência de um movimento encabeçado pelo Povo Pataxó como o acolhimento que tal demanda teve no âmbito institucional do ICMBio. Configura-se, ainda, como uma pesquisa bibliográfica e documental, no intuito de corroborar com conceitos e informações técnicas as provocações suscitadas pelo prof. Álamo Pimental, e obteve a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa para a realização da entrevista, sob o parecer nº7.212.979.

DESCOBRIMENTO: DO COLONIALISMO DE MEMÓRIA PARA A DECOLONIALIDADE COMBATIVA

Segundo Dominguez; Martin, L.; Bittencourt (2000), a Costa do Descobrimento é definida como o trecho da costa brasileira visitado pelos navegadores portugueses por volta do ano de 1500, se estendendo, aproximadamente, da foz do rio Cahy até a Baía de Cabralia por apresentar

características muito peculiares que o diferencia do restante da Zona Costeira brasileira. Para o Plano de Manejo do PND (Brasil, 2014), a denominação Costa do Descobrimento se refere ao fato que foi nessa região que, em 22 de abril de 1500, Cabral desembarcou pela primeira vez na costa brasileira, e considerando seus valores históricos, culturais e cênicos, a paisagem da Costa do Descobrimento tem um profundo significado para a memória nacional, reconhecida nas descrições da carta de Pero Vaz de Caminha.

Já Cesar (2011) nos brinda de forma cirúrgica, com sua obra “Lições de Abril: a construção da autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha”, quando registra como o mês de abril do ano 2000, ao mesmo tempo em que condensava uma série de acontecimentos no âmbito do projeto governamental denominado “Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil”, também se dava uma potente contestação que foi articulada por diversos atores sociais, em torno do movimento “Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular”, ou, o também reconhecido, “Brasil: outros 500”.

Para a autora, se no projeto comemorativo oficial se buscava fortalecer o imaginário do Brasil como uma nação harmônica, constituída a partir do ato inaugural dos aventureiros portugueses, por outro lado [e por ser o cenário do projeto comemorativo], Coroa Vermelha congregou diversas manifestações contrárias, recebendo cerca de 3.600 representantes de mais de 130 etnias indígenas, além de diversos segmentos dos movimentos sociais, para participar da I Conferência Indígena e da Marcha a Porto Seguro, e que infelizmente foi violentamente reprimida pela Polícia Militar do Estado da Bahia, no dia 22 de abril de 2000.

Associando a perspectiva da colonialidade da memória apresentada por Pimentel (2020) à práxis da decoloniadade combativa de Maldonado-Torres (Mortari; Moraes de Assunção; Tombini Wittmann; Anízio Cassiano, 2023), buscamos compreender como foi o processo de chegada do prof. Álamo Pimentel ao PND. Qual seja, como foi a sua aproximação junto à gestão e ao conselho consultivo do Parque Nacional do Descobrimento:

Eu recebi, em julho de 2023, um contato de Juliana Fukuda, se apresentando como chefe do parque e me consultando sobre a possibilidade de colaborar com uma discussão que já estava em curso, dentro do conselho consultivo, a respeito de uma possível mudança do nome do parque. Mas ela já me adiantava naquela consulta que não estava pensando simplesmente em propor uma mudança, mas fazer todo um debate em torno da colonialidade, vamos dizer assim, que estava instalada ali na criação do parque e na nomeação do parque [...] uma semana depois, a gente conversou e foi uma conversa como essa que a gente está tendo agora, eu entendi melhor, coloquei para ela as minhas condições, e apresentei um texto meu, um texto que é uma das referências que eu tenho publicado aqui, para ela entender por onde eu circulo, qual é a minha perspectiva de trabalho, porque a gente sabia que ia ser um tema delicado, que eu ia trabalhar com pessoas que eram favoráveis, mas também com pessoas que tinham posições muito antagônicas. [...] esse texto foi publicado num

livro do Programa de Pós-Graduação, uma espécie de resumo de um conjunto de coisas que eu venho discutindo, mas que tinha o básico ali para entender. E eu achava que esse trabalho... Não, eu tinha certeza que esse trabalho com o Parque do Descobrimento seria ótimo para ver o contrário, a descolonização da memória (Pimentel, 2025, 00m49s).

Segundo Pimentel (2025), o seu contato com a gerente do PND, na ocasião a analista ambiental Juliana Fukuda, se deu por meio de Ciro Barbuda, um ex-aluno de doutorado do Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade, da UFSB, mais precisamente na disciplina denominada Crítica do Colonialismo nas Américas, lecionada junto com uma colega de Portugal, Luciane Lucas, do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Interessante destacar que o trabalho mencionado trata-se da análise de um monumento dedicado a Pedro Álvares Cabral, no centro de Porto Seguro, localizado na encruzilhada de entradas e saídas para os mais diferentes eixos da circulação local, denominado Praça do Descobrimento, mas conhecido como Trevo do Cabral. Para o autor, o monumento do Trevo fixa formas de dominação das elites nativas sobre a população local, uma vez que considera:

A noção de ‘colonialismo interno’ só pode surgir através do grande movimento de independência das antigas colônias. A experiência da independência provoca, regularmente, o aparecimento de novas noções sobre a própria independência e sobre o desenvolvimento. Com a independência política, aparece lentamente a noção de uma independência integral e de um neocolonialismo; com a criação do Estado-nação, começa a surgir em primeiro plano a necessidade de técnicos, profissionais, empresários e de capitais, que são o motor do desenvolvimento. Com o desaparecimento direto do domínio dos nativos pelo estrangeiro, aparece a noção do domínio e da exploração dos nativos pelos próprios nativos (Casanova, 2002, *apud* Pimentel, 2020, p. 28).

Para Pimentel (2020), a reivindicação do passado colonial como condição de identificação da cidade no presente evidencia as retóricas do descobrimento como recurso de essencialização identitária da cidade, o que não deixa de ser uma forma de violência produzida pela parcela dos intelectuais a serviço da persistência do *ethos colonial*. Nesse sentido compreende-se que é,

Importante lembrar que na esteira dos processos colonizadores, o uso do termo descobrimento serve tanto para enunciar feitos quanto silenciar fatos. A escolha da palavra emite tanto quanto omite mensagens, a ênfase no termo “descobrimento” serve à naturalização dos lugares de superioridade dos colonizadores sobre os colonizados.

[...] Do ponto de vista social, destaquei como as elites políticas, econômicas e intelectuais recorrem a certos momentos do passado para manter no presente a produção de colonialismos da memória, sobretudo no que diz respeito à representação da superioridade sociocultural de colonizadores sobre colonizados. (Pimentel, 2020, p. 33-34).

Importante destacar que quando falamos em conselho consultivo, nos referimos ao Conselho Consultivo do PND criado através da Portaria nº 10, de 01 de fevereiro de 2008 (Brasil/ICMBIO, 2008) e que teve sua primeira renovação em 2013 na Portaria nº 242, de 16 de outubro de 2013, (Brasil/ICMBIO, 2013). O conselho consultivo de um parque nacional tem como objetivo:

oferecer transparência para a gestão da UC por meio de controle social; contribuir para a elaboração e implantação do Plano de Manejo; e integrar a UC às comunidades, setor privado, instituições de pesquisa, ONGs, poder público, bem como às outras Áreas Protegidas situadas no entorno (Palmieri; Veríssimo, 2009, p.15)

No caso do PND, houve judicialização do Conselho por parte de membros descontentes com sua formação assim como a alteração da diretriz institucional do ICMBio, Instrução Normativa nº 09/2014 (Brasil/ICMBIO, 2014), quanto à forma de instituir e modificar os conselhos consultivos de Unidades de Conservação federais. Então, somente em junho de 2019, o processo de revitalização do conselho do PND foi retomado, sendo que em julho de 2021, após diversas reuniões, as entidades indicadas e convidadas escolheram seus representantes para compor o Conselho Consultivo, instituído através da Portaria ICMBio nº 889, de 22 de março de 2023 (Brasil/ICMBIO, 2023).

Nesse contexto, nossa próxima pergunta, considerando cadastro no SEI ICMBio e acesso como usuário externo que tivemos as atas do processo de redesignação do PND, se referia em como o conselho consultivo do PND acolheu tal tema. Para o prof. Álamo, enquanto pedagogo, a questão pautava por dialogar não apenas pelo ato em si de mudar o nome do parque, mas sim em evidenciar a questão de descolonizar as práticas de nomeação, em vista da perspectiva de bem comum da humanidade.

Essa foi a parte desafiadora, e isso foi resultado da minha segunda conversa com Juliana. Juliana colocava uma questão com uma objetividade muito apurada para mim. Ela disse que tínhamos dois caminhos. Podemos mudar o nome do parque ou podemos mudar os significados que estão dentro da ideia de descobrimento. Então eu disse que, bom, então não estávamos falando de uma mudança. Estávamos falando de um questionamento das práticas de nomear, da maneira como se chega a dar um nome a uma coisa. Isso também tem a ver com o conjunto de coisas que eu já vinha estudando, com essa coisa do colonialismo da memória. E uma referência muito importante para mim é Alfredo Bosi. Porque o Alfredo Bosi, ele é muito esquecido, ignorado no debate da crítica colonial, mas ele tem um livro fabuloso, chamado “A Dialética da Colonização”, em que ele nos oferece uma forma incrível de pensar os usos do termo cultura. E, como é um texto que eu trabalho nas minhas aulas, eu sugeri a estratégia. Eu preciso dizer para as pessoas que o que está em questão não é simplesmente o nome, mas a maneira como ele foi atribuído a esse lugar. A segunda questão, e aí tem a ver com o meu caminho intelectual, porque minha tese de doutorado é sobre a convivência com o semiárido. É sobre uma mudança de percepção. É a crítica do combate à seca e a convivência

com o semiárido. Foi a primeira tese no Brasil sobre o assunto. E a questão era exatamente essa. A gente falava da seca, quando, na verdade, a seca é um fenômeno que está num ambiente muito mais complexo de Caatinga, que é o semiárido. Então, isso me trouxe as memórias do meu passado. Eu faço a crítica do colonialismo no sertão baiano e tal. E aí, eu sabia que estava trabalhando com um público crítico, é óbvio, de empresários do setor da mineração, da celulose, do agronegócio a indígenas. E eu tinha que falar de uma maneira franca. Eu queria convidá-los a pensarem sobre isso. Eu peguei todas as boas referências que eu tinha para levar sobre essa questão, para colocar a questão. Dizer como é que se chega a esse nome. Porque aí a gente tem um passado muito presente com um movimento já de contestação desse nome lá na origem. E tínhamos um presente recente em que aqui nessa região estavam acontecendo episódios. Dentro do território da Costa do Descobrimento há um movimento para a mudança do nome do território. E nós, na universidade, quando chegamos, mudamos o nome de uma escola. A escola se chamava Pedro Álvares Cabral e a gente conseguiu fazer a mudança. Foi um trauma. Teve audiência pública na Câmara de Vereadores, etc. Ou seja, eu tinha vários exemplos concretos para dar para as pessoas nesse processo. E foi o que eu fiz naquele dia. Fiz com muita ansiedade, com muito receio, porque a única pessoa que eu conhecia, até então, era a Juliana. E eu não sabia onde estava me metendo. Mas eu fui. Eu tenho ascendente sagitário, eu fui. E lá, na hora do debate, foi muito interessante, porque, além das pessoas receberem bem o debate, elas construíram outras alternativas e trouxeram questões muito pertinentes para o debate. Então, esse deslocamento, vamos dizer assim, do foco, fez com que eu conseguisse mostrar, por exemplo, que a gente está falando de uma área que tem uma biodiversidade incrível. E que a gente está dentro de um regime antropocêntrico radical que ignora essa biodiversidade naquela região, naquela área. Então, ficou fácil. Eu trouxe exemplos de fenômenos históricos que têm a ver com essas práticas de nomeação que são de ordem da resistência e tal. E foi uma recepção boa, eu diria, porque mesmo as críticas, em algum momento, elas foram públicas, mas nas audiências públicas, a gente teve poucas críticas, poucos questionamentos. E todos eles contribuíram para o aprofundamento da memória. Onde as críticas mais radicais foram nas redes sociais. Foi um momento muito rico, quando as perguntas vinham... eu me lembro vivamente daquele primeiro encontro. (Pimentel, 2025, 06m19s)

Na obra de Bosi (1992), a qual o professor Pimentel se refere, o primeiro capítulo vai tratar justamente da morfologia dos termos *cultura* – *culto* – *colonização*, e suas respectivas semânticas, em que para o autor:

Nem sempre, é verdade, o colonizador se verá a si mesmo como a um simples conquistador; então buscará passar aos descendentes a imagem do descobridor e do povoador, títulos a que, enquanto pioneiro, faria jus. Sabe-se que,

em 1556, quando já se difundia pela Europa cristã a *Leyenda negra* da colonização ibérica, decreta-se na Espanha a proibição oficial do uso das palavras *conquista* e *conquistadores*, que são substituídas por *descubrimiento* e *pobladores*, isto é, *colonos* (Bosi, 1992, p.12).

Neste contexto, Maldonado-Torres (2007) nos brinda com um importante apontamento, em que:

La idea era que, si en adición a la colonialidad del poder también existía la colonialidad del saber, entonces, muy bien podría haber una colonialidad específica del ser. Y, si la colonialidad del poder se refiere a la interrelación entre formas modernas de explotación y dominación, y la colonialidad del saber tiene que ver con el rol de la epistemología y las tareas generales de la producción del conocimiento en la reproducción de regímenes de pensamiento coloniales, la colonialidad del ser se refiere, entonces, a la experiencia vivida de la colonización y su impacto en el lenguaje (Maldonado-Torres, 2007, p.129-130)

Em seu trabalho, intitulado “*Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto*” Maldonado-Torres (2007) enfatiza que a colonialidade se refere não apenas a um padrão de poder sobre outro povo ou nação, a partir do colonialismo moderno, mas também que esta colonialidade se manifesta em como se dão as relações de trabalho, conhecimento, autoridade, dentre outros, estabelecidas segundo interesses do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Portanto para o autor, a colonialidade sobrevive ao colonialismo, “*respiramos la colonialidad en la modernidad cotidianamente*” (2007, p. 131).

Inevitavelmente é neste contexto que são cada mais visibilizadas iniciativas que podem ser caracterizadas como de “giro de-colonial²”, que, segundo Maldonado-Torres (2007), representa em primeiro lugar uma mudança de perspectiva e atitude que se encontra nas práticas e formas de conhecimento dos sujeitos colonizados, desde o início da própria colonização. E, em segundo lugar, como um projeto de transformação sistemática e global dos pressupostos e implicações que a modernidade vem assumindo em uma variedade de sujeitos.

Logo, quando o diálogo acerca da red denominação do Parque Nacional do Descobrimento aterrissa no conselho, a forma como ele é intuitivamente, genuinamente acolhido por quem está no território, é que seja digerido de forma natural, orgânica e imbuída de significados e sentidos, numa arena bastante legítima de trocas onde, ainda que haja diferenças, há respeito pelas demandas apresentadas, há reciprocidade e há apoio dentro do conselho. Evidentemente, nas redes sociais, e principalmente no Facebook, observamos nas publicações que remetiam ao tema, o contraditório, principalmente considerando dois perfis em

² “Giro de-colonial” é um termo cunhado pelo próprio Maldonado-Torres, em 2005, num encontro em Berkeley denominado Mapping Decolonial Turn, onde o grupo Grupo Modernidade/Colonialidade dialogou com um grupo de filósofos caribenhos e filósofas latinas.

especial, que se apoiavam mutuamente e questionavam tal frente de trabalho do conselho. É inegável o quanto as redes sociais cresceram e se popularizaram nos últimos anos, ressoando com bastante relevância principalmente aqueles que gritam mais alto para engajar a audiência pela emoção, ódio e medo, considerando o manto do anonimato que tais redes proporcionam. Mas nesta situação em especial, no processo de red denominação do PND, quando o professor Álamo é questionado acerca deste posicionamento e se as ações realizadas no âmbito da escuta social poderiam ter influenciado ou não, ele é bastante sincero em contextualizar que:

Essa influência eu não percebi direto nas redes sociais para os encontros presenciais. Eu não percebi, porque sou pesquisador também, e eu tinha esse cuidado. Eu fiz um diário desse processo todo, eu tenho memória de tudo isso. O que eu percebi é que, em alguns momentos, eu percebia pessoas que, por exemplo, alguns membros, inclusive, do conselho consultivo, que estavam silenciosos nas reuniões presenciais, se manifestavam contrariamente nas redes. Vi isso. Vi um efeito de... O Instagram e o Facebook eram espaços que as pessoas, que por alguma razão tinham algum tipo de constrangimento na reunião presencial, elas falavam. Mas isso era uma coisa assim, três pessoas, talvez. Eu me lembro vivamente desses casos, porque a gente fazia, acompanhando. Claro que para mim tinha uma questão de acompanhar para ver até onde a gente estava fazendo mediações, lidando com muitas contingências, porque a gente carregava o escritório nas costas, literalmente, para fazer a coisa acontecer. Então, naquele momento, era uma gestão de risco. A gente precisava saber com quem a gente estava conversando. Então, eu não senti essa relação mais imediata. Aí a gente tinha, sim. Quando a gente pega o resultado da enquete, a gente vai ver que aquele resultado expressava algo que a gente vinha sentindo nos encontros presenciais. Uma tendência das pessoas compreenderem o nosso processo, porque elas já vinham participando de outros debates, do próprio debate decolonial, que é um debate contemporâneo, é o debate do nosso tempo. Então, isso vinha. Mas eu não senti essa relação, digamos assim, imediata de uma com a outra, não. (Pimentel, 2025, 23m15s)

E neste momento, cabe destacar o quanto foi célere o processo institucional e metodológico acerca da pauta de red denominação do PND, em que pese:

Isso, isso. A gente fez tudo em regime de urgência. Em regime super acelerado. No mesmo dia, na reunião do conselho, a Juliana propôs a criação do GT, porque era importante que isso constasse em ata e numa decisão coletiva do grupo. E como eu estava lá e me coloquei disponível, fiquei super empolgado com o que estava acontecendo, para mim era um super desafio, pensando como professor de pós-graduação que já foi coordenador da pós-graduação, a gente estava levando um debate da pós-graduação para a rua, para o espaço público, e testando hipóteses e caminhos interpretativos que a gente dá em

sala de aula. Então, para mim, era a oportunidade de testar o debate que a gente fazia em sala de aula, de mostrar que o que a gente está discutindo é bom. E eu aceitei participar do GT. E aí, logo depois que o GT foi aprovado, a gente teve uma primeira reunião para organizar a metodologia. Então, nós ficamos com a incumbência de propor um plano de ação, de criar uma metodologia e propor um plano de ação coletivamente. E assim o fizemos. Éramos quatro ou cinco pessoas no GT, e em um mês a gente conseguiu propor uma metodologia muito complexa, porque previa audiências públicas, mas também o uso de recursos tecnológicos para ter alcance internacional na consulta, no processo de consulta. E a única condição que eu coloquei foi... Enfim, custeio do deslocamento, porque, de fato, isso a universidade não iria suprir. A universidade me liberou, eu pedi uma autorização, e o ICMBio me encaminhou oficialmente, formalmente, um convite. A universidade me liberou e eu fiquei também a serviço da universidade durante esse período, durante esse processo. E foi muito bom, porque, de fato, todo o trabalho foi coletivo. Tudo que foi feito, foi feito em regime de compartilhamento com a equipe. (Pimentel, 2025, 14m35s)

Destacamos que é muito comum, dentro dos Conselhos Consultivos das UC no Brasil, a composição de Grupos de Trabalho (GT), em caráter temporário ou definitivo, para analisar, estudar e apresentar propostas sobre matérias de sua competência, de forma não deliberativa, com prazo para conclusão dos trabalhos, em que os componentes do GT serão escolhidos dentre os membros interessados do Conselho, podendo integrar especialistas. O GT fica responsável por elaborar um relatório ou parecer final, que deve ser apresentado durante as reuniões, e pautado para deferimento ou não, no conselho consultivo da UC.

Segundo o ICMBio (Brasil/ICMBIO, 2024), o processo teve como etapas, amplamente divulgadas nos canais de comunicação do PND e pela imprensa local e nacional: 1)A formação de grupo de trabalho do Conselho Consultivo, responsável por elaborar e executar todo o processo de escuta social; 2)Realização de uma reunião presencial para educadores e coordenadores pedagógicos de Prado/BA; 3)Realização de quatro reuniões públicas presenciais para a comunidade em geral em Prado/BA; 4)Realização de enquête online aberta à sociedade para manifestação e sugestões de nome; 5)Realização de audiência pública para apresentação das etapas realizadas, incluindo as manifestações da enquête; e 6)Discussão e aprovação do processo junto ao Conselho Consultivo do PND.

Nesta seara, quanto ao tópico 3, que trata das escutas sociais, o professor Álamo nos traz um interessante relato, vejamos:

Cada escuta foi uma escuta diferente. Eram reações diferentes, questões diferentes e desafios diferentes. Mas muitas diferenças. Eu colocaria assim como dois extremos o encontro de Cumuruxatiba e o encontro de Guarani. Em Cumuruxatiba foi aquele encontro caloroso. Nós estávamos numa casa paroquial abarrotada de pessoas com muitas contribuições. A gente teve inúmeras descobertas aí. As pessoas trouxeram elementos do cotidiano de Cumuruxatiba que nós não conhecíamos, inclusive. E foi, de fato, do

conjunto dos encontros que nós tivemos, pelo menos na minha percepção, aquele em que a gente mais teve bons *insights* e saímos com grandes contribuições. Em Guarani, era uma escola pública. Eu sou educador, sou pedagogo de formação. O nome da escola era extremamente problemático. Era de um dos anões do orçamento, João Alves de Almeida. Então, quando eu vi o nome da escola, eu já disse, vou começar pelo nome da escola. Era uma escola que tinha sido militarizada. O município adotou o regime das escolas militares. Enfim, era todo um contexto. E as crianças, uma parte das crianças, as primeiras crianças se posicionaram contra. Isso foi chocante para mim. E aí a gente teve mesmo dificuldade de conduzir o debate. Quem nos salvou foi Letícia e Flávia. Porque elas começaram a fazer dinâmica com as crianças e nos ajudaram a tocar a discussão, as duas, naquele momento. Então, até a metodologia que a gente vinha utilizando foi alterada, digamos assim. Mas no discurso contrário, no discurso das crianças, não era um discurso contrário por um recorte de classe, por uma questão de classe, ou por achar que o termo descobrimento define uma perspectiva da história, como era posto pela pessoa que se posicionava contrário [nas redes sociais], de dizer que a gente estava desmontando a história. Não era esse discurso. O discurso das crianças era um discurso que a gente ouviu várias vezes, principalmente entre os funcionários do ICMBio e dos que eram do contrário. Era um discurso de mudar para quê? É mais trabalho, só vai dar mais trabalho, não vai fazer nenhuma diferença. Havia uma certa atitude de conformismo com o que está (Pimentel, 2025, 20m43s)

Aqui, nesta percepção de como ocorreu a escuta social em Cumuruxatiba, podemos nos valer de alguns apontamentos de Maldonado-Torres em sua recente entrevista (Mortari et al., 2023) em que trata do que poderia ser uma definição, pequena e curta, da decolonialidade, como um projeto incompleto, inacabado e que está se enraizando em atitude. Para Maldonado-Torres, a atitude é decolonial, pois envolve um giro dos sujeitos e das comunidades, em que não se enxergam como problemas, e sim como agentes que podem mudar o mundo e podem ultrapassar os limites da lógica colonial. Em relação a escuta social em Guarani, o que notamos é justamente a forma como a estrutura de poder e conhecimento que foi implementada no mundo terminou por se converter na base do Estado-Nação, ou seja, está vivo pois continua se referindo ao sentido da colonialidade em muitas práxis.

Então, se continuamos buscando compreender quais foram os principais momentos em toda esta iniciativa que mais marcaram o professor Pimentel, ele é categórico em afirmar que:

Olha, tudo me marcou. É difícil estabelecer assim, tudo me marcou. Eu fiquei muito sensibilizado, por exemplo, com a atuação do cacique José Fragoso. Em vários momentos, a fala do cacique José Fragoso animava a gente, ajudava a gente a pensar melhor, pela serenidade, pela maneira que ele via. E nos ajudava a pensar esse protagonismo indígena, sendo que eles próprios convivem com lutas, divergências internas. A gente sabe que, sendo todos de

uma mesma etnia, não são todos iguais, né? Só pelo fato de pertencerem a uma mesma etnia. Mas eu acho que, talvez por um certo apreço pela universidade, pelo trabalho que a gente faz na universidade, por sermos uma universidade nova, eu fiquei muito entusiasmado com a possibilidade de a universidade interagir nisso. Nós já fazíamos parte do conselho consultivo, com as colegas que fazem parte do conselho, a universidade já está presente, a universidade já vinha fazendo trabalhos importantes, a gente tem dissertações realizadas aí, a gente está com o seu trabalho agora. Então, isso me entusiasmava muito também, poder também dar essa colaboração. E, no final das contas, aí eu volto ao artigo, à origem do artigo. O meu artigo é a crítica do colonialismo da memória. E a partir daí, a gente testou uma metodologia de descolonização da memória. Eu acho que toda pesquisadora, todo pesquisador sonha com isso, não é? Bom saiu... Eu fiz a crítica, agora estou apresentando, pelo menos eu sou um utópico, eu ainda sou um utópico, eu sou alguém que quer se comprometer com a proposta de transformação, de emancipação, eu não perdi essa *vibe*. Então, quando eu cheguei ao final do processo, e tem isso, o pesquisador fica muito feliz quando depois de ter feito todo o caminho, ele consegue enxergar o caminho que fez a partir de uma outra posição, não é? Então, quando a gente viu tudo que tinha sido feito, a gente disse: ah, está feito. Foi que veio a proposta de dizer: ah, a gente precisa compartilhar isso, criar uma publicação, colocar esses diálogos e tal...a gente está tendo dificuldades, mas a gente está fazendo. Agora, em novembro desse ano [2024], a Escola de Governo do ICMBio me chamou para fazer um minicurso de formação dos gestores ambientais de todo o ICMBio do Brasil. Com toda essa experiência, entende? Então, 20 de novembro, no novembro negro, eu estava lá no interior de São Paulo fazendo essa formação, passando adiante esse processo, assim como estou compartilhando com você aqui agora. Então, isso eu acho fenomenal, porque mantém vivo todo um esforço coletivo. Eu considero uma das coisas mais bonitas que já me aconteceu. Sou muito grato à Juliana, à Flávia, à Nívia, às pessoas que me receberam, que me acolheram, por terem me tornado possível isso aí. Está indo, está rolando! Uma feliz coincidência (Pimentel, 2025, 23m54s).

Foram muitas as inspirações desse depoimento, mas cremos que está aqui mais uma das evidências da decolonialidade combativa, as quais segundo Maldonado-Torres (Mortari et al., 2023, p.152), implica em:

El activismo indígena, o sea, el discurso de la colonialidad, yo creo que no existiría hoy si no fuera por la insurgencia indígena. A finales de los [años] ochenta, mil novecientos y ochenta, y principios de los [años] noventa, en el contexto del quinto centenario del tal llamado 'descubrimiento de América', fue esa gran insurgencia de movilización que llevó a muchos y muchas intelectuales en, sobre todo, pero no solamente, en América Latina, en Abia Yala, en esta parte de Abia Yala, lo que llevó a pensar (y en un contexto de crisis del marxismo, porque la Unión Soviética estaba cayendo) en

otras posibilidades de mirar a la Historia de Abia Yala, y la importancia de la colonización y en el impacto profundo de la colonización. Y ahí es que sale la noción de colonialidad, o sea, desde el principio la debemos a la insurgencia indígena y a su interrogación del colonialismo, a su insistencia de que tenemos que seguir pensando na cuestión del 'descubrimiento' y colonización. Es debido a esa insistencia que hoy estamos pensando, en ese momento, en esa coyuntura histórica.

[...] Que es casi la posibilidad de emerger, de re-existir, como decimos, de un no ser humano completamente a un ser humano con otras y otros. Casi un salto cualitativo en la transformación, de las epistemologías indígenas y terminologías, y conceptos, que se siguen utilizando para dar cuenta de la catástrofe y también de este aparente milagro que es resistir.

[...] un llamado a pensar la descolonización en términos que envuelven la relación integral entre las comunidades y el hábitat: los ríos y la tal llamada naturaleza, etc.

[...] Porque no se pueden pensar las comunidades indígenas (de que por sí es un término problemático, pero que ha sido adoptado por las mismas comunidades en su respuesta al Estado) sin su relación con el territorio. Entonces, el pensamiento indígena ha sido muy claro en esto: que la colonialidad envuelve gente y territorio. Y recurso. Y hay que pensarlas de una forma integral.

Portanto, entender que a decolonialidade combativa está associada a um tipo de conjugação entre teoria e prática que possibilita perceber/refletir/atuar para a incorporação de saberes negros, africanos e indígenas em espaços acadêmicos e culturais, como partilha de experiências, a perspicácia do professor Álamo é pungente. Ecoa de maneira explícita a noção do descolonial, por estar marcado por uma orientação precisa, um compromisso particular com um tipo de projeto, como apontado por Maldonado-Torres na sua entrevista em 2023. Para o filósofo porto-riquenho, a transdisciplinaridade decolonial é pensada a partir de conhecimentos que surgem em atividades de insurgência, de oposição ao regime colonial e sua lógica dominante, uma vez que tem como particularidade uma forma possível de nomear esse tipo de conhecimento (e, por que não, relacionados a empatia e sensibilidade?), que algumas pessoas que estão na academia (em especial), estão fazendo (Mortari et al., 2023).

Ademais, segundo o ICMBio (Brasil/ICMBIO, 2024), com a realização da enquete foi constatado que a grande maioria (84%) dos participantes opinaram pela alteração do nome do parque assim, as sugestões apresentadas³ consideraram o artigo 3º do Decreto nº 4.340/2002, a

³ (das) **Árvores Gigantes da Bahia** - No parque há exemplares de árvores que atingem dezenas de metros de altura; (das) **Florestas sobre Falésias** - O PND protege o segundo maior remanescente de Mata Atlântica sobre tabuleiros costeiros do Brasil; (da) **Hileia Baiana** - A floresta da região que o Parque está inserido tem similaridade com a Hileia Amazônica, por isso é chamada de Hileia Baiana; **Maturembá** - Significa "mata grossa/densa" em *patxohã* - língua

saber: Característica natural mais significativa; Denominação mais antiga, com prioridade a designações indígenas ancestrais; Coerência local; e Especificidade/Identidade. Sendo, a posteriori, indicados pelo GT ao Conselho Consultivo do parque, onde cada um pode opinar, e aqueles mais votados foram enviados à direção do ICMBio, que os encaminhou ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Todavia, o MMA, por sua vez, devolveu o processo informando que a escolha do novo nome do parque deveria ser local, por meio de votação no Conselho Consultivo da UC, instância participativa de gestão do parque. Assim, em 08 de março de 2024, o Conselho escolheu, por ampla maioria, o nome **Parque Nacional Maturembá**.

SÓ É POSSIVEL CONCLUIR, PROVOCANDO!

Não nos surpreende que o professor Álamo, ao responder a última pergunta, acerca da informação que foi compartilhada em novembro de 2024, junto ao conselho consultivo do PND, que o pedido de redenominação havia sido indeferido, no âmbito da Casa Civil, demonstra solidariedade quando afirma:

Estou sabendo que tinha sido indeferido, mas, não, não dá para digerir. Até porque conheço um pouco dos bastidores, digamos assim... A gente imaginava que isso podia acontecer, mas a gente não achava que fosse acontecer. Enfim, até porque o ministro é um ministro baiano, e petista, né? Mas, conhecendo o perfil do ministro, isso era possível. Então, essa foi uma questão. Bom, aí tem algumas coisas que eu acho importante dizer. Esse processo é um processo histórico longo. A gente está lutando contra o Estado brasileiro, e a violência do Estado é pública, o Estado é violento. Então, para quem estuda Estado, políticas como eu estudo, isso é previsível. O Estado age por coerção, e o Estado é sempre controlado por um grupo que está no poder, que tem hegemonia, grupo hegemônico. Então, a gente entende que fizemos a diferença ao apresentar um caminho possível para que essa mudança acontecesse, e esse processo continua vivo na memória de quem o fez, na história do parque, na história dessa comunidade etc. Então, o processo não para aqui. Acho que vamos precisar de levar mais alguns anos para fazer essa mudança acontecer de fato, se valer de fato. Acho que a gente tem um papel histórico de manter viva a memória do que foi feito. Então, eu fui convidado para fazer uma conferência no Seminário Nacional do Programa de Pós-Graduação em Museus da UFBA, eu sou colaborador desse programa já há algum tempo, e eles fazem encontros nacionais, e eu fui para o encontro nacional, e o meu encontro foi sobre esse processo. Aconteceu que, na véspera do encontro, estavam duas intelectuais indígenas

falada pelos Pataxó; (das) **Mussunungas** - Ecossistemas arenosos - florestais, arbustivos e campestres - sobre tabuleiros costeiros, presente no parque; (do) **Rio Cahy** - Rio que tem algumas nascentes e afluentes no interior do PND, e em cuja foz se deu a chegada dos primeiros europeus à região; e (da) **Juerana** - Espécie de árvore presente no Parque e que forma uma das mais belas copas da floresta.

Tupinambá, duas intelectuais mulheres Tupinambá, e elas falaram sobre a tragédia que foi a transição do manto Tupinambá para o Brasil⁴, porque quando ele chega no Museu Nacional, ele vira um objeto do Museu Nacional. O Museu Nacional não deixou que todas as pessoas pudessem... que todos os Tupinambás que estavam presentes na recepção no Brasil, pudessem ver. Então, a denúncia que a indígena Jéssica Tupinambá fez, filha da Célia Tupinambá, e que é uma importante liderança indígena, jovem, me estimulou na denúncia feita por mim no outro dia, entende? Naquele momento, o pessoal do seminário resolveu fazer uma carta pública e encaminhar essa carta pública com um conjunto de denúncias que tinham sido feitas durante o evento. Foi o que deu para fazer naquele momento, entende? E eu tenho consciência disso. Por onde a gente passa, por onde a gente passar, a gente tem que levar essa mensagem, porque o Parque Nacional Maturembá foi uma conquista legitimada de uma maneira muito bonita, inclusive com agentes, com representantes do Estado. Todos nós representamos o Estado. A gente representa mais que o ministro, porque o ministro é um cargo indicado. Ele não faz concurso para ser ministro. Mas a gente tem essa... Eu tenho essa percepção, né? É óbvio que, por ser um intelectual crítico e utópico, eu tenho algo de trágico nisso tudo também. A gente tem que conviver com o contraditório, porque, do contrário, a gente enlouquece. E eu tenho muita esperança de que a memória de tudo que foi feito e o desejo de continuar pensando nessa perspectiva, como, por exemplo, a sua presença entre nós e de outras pessoas que têm interesse no tema, possam nos ajudar um dia a fazer essa mudança acontecer de fato. A gente gostaria de reivindicar pelo menos o direito de saber, de ter conhecimento da decisão do Ministério. Acho que esse era o principal argumento meu lá na Seminário dos Museus. A gente sabe que pode ser sim, pode ser não, mas a gente quer ter o direito de saber qual é a posição da Casa Civil com relação a esse assunto, porque esse direito nos foi negado. Isso é injusto. Eu quero muito colaborar com tudo o que for possível, porque, você entendeu, esse é um trabalho de muitas pessoas, não é um trabalho só nosso, entende? E a gente precisa fazer esse exercício para, aos pouquinhos, a gente... Aquela coisa da água mole batendo na pedra dura, não é? É isso que a gente está fazendo. A gente é um pouco de água mole. Porque é isso, a gente precisa se sentir grande no lugar que a gente vive, no território que a gente habita, com os outros, grande com os outros, com as pessoas, com a comunidade que a gente participa. E eu, como educador, faço... Tem algo que me inspira muito durante todo esse processo, que é o trabalho do educador

⁴ Depois de mais de 300 anos exposto no Museu da Dinamarca, o Manto Tupinambá retornou ao Brasil. O objeto raro e sagrado do povo Tupinambá foi levado à Europa em 1644 e lá permaneceu até julho de 2024, quando foi repatriado. O manto é uma peça com cerca de 1,20 metro de altura, por 80 centímetros de largura. Considerado uma entidade sagrada pelos Tupinambá, é confeccionado com penas de guarás, mas também com plumas de papagaios, araras-azuis e amarelas (Brasil/FUNAI, 2024).

como intelectual público, do educador e da educadora como intelectuais públicos. Eu acho extremamente necessário, e eu defendo essa perspectiva de atuação territorial, a gente precisa sair do quadrado. Sempre (Pimentel, 2025, 37m15s).

Portanto, concluímos que este, seguramente, será apenas um precursor registro deste processo, na busca por refletir de forma praticamente concomitante aos acontecimentos, a linha tênue que tem permeado o passado-presente do Parque Nacional do Descobrimento, com vistas a alcançar, num futuro breve, quiçá, os pressupostos teóricos da pauta territórios possíveis, utopias reais (Bozzano, 2017), com a convicção de que a sustentabilidade e a governança nos discursos e ações são a base de territórios possíveis para todos.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOZZANO, Horacio. Territorios posibles y utopías reales: Aportes a las teorías de la transformación: Inteligencia territorial y justicia territorial. **Arquetipo**, Colombia, año 8, v. 15, p. 71-91, diciembre de 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.31908/22159444.3676>. Acesso em: 28 out. 2025.

BRASIL. Decreto de 20 de abril de 1999. Cria o Parque Nacional do Descobrimento, no Município de Prado, no Estado da Bahia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: Poder Executivo**, Brasília, 22 abr. 1999. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1999/decreto-2-20-abril-1999-372947-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: Poder Executivo**, Brasília, 19 jul. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: Poder Executivo**, Brasília, 23 ago. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Portaria nº 10, de 01 de fevereiro de 2008. Cria o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Descobrimento, com a finalidade de

contribuir com a implantação e implementação de ações destinadas à consecução dos objetivos de criação da unidade de conservação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: Poder Executivo**, Brasília, 02 fev. 2008. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/arp/2518>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Decreto de 5 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação e a ampliação do Parque Nacional do Descobrimento, no Município de Prado, Estado da Bahia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: Poder Executivo**, Brasília, 06 jun. 2012. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/arp/2518>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: Poder Executivo**, Brasília, 06 jun. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL FUNAI. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação Terra Indígena Comexatibá (Cahy/Pequi), Município de Prado (BA). DESPACHO DO PRESIDENTE, Nº 42, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: Poder Executivo**, Brasília, 22 jul. 2015. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=39&data=27/07/2015>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. FUNAI. Funai contribui para diálogo sobre mudança de nome do Parque Nacional do Descobrimento. **Gov.br**, Brasília, 20 nov. 2023, 14:27. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/funai-contribui-para-dialogo-sobre-mudanca-de-nome-do-parque-nacional-do-descobrimento>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. FUNAI. Manto Tupinambá: Governo Federal celebra retorno do artefato sagrado ao Brasil e reafirma direitos indígenas como uma prioridade. **Gov.br**, Brasília, 12 set. 2024, 20:41. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/manto-tupinamba-governo-federal-celebra-retorno-do-artefato-sagrado-ao-brasil-e-reafirma-direitos-indigenas-como-uma-prioridade#:~:text=Depois%20de%20mais%20de%20300,por%2080%20cent%C3%ADmetros%20de%20largura>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. ICMBIO. Portaria nº242, de 16 de outubro de 2013. Modifica o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Descobrimento, no estado da Bahia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: Poder Executivo**, Brasília, 17 out. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/parna-do-descobrimento/institucional/conselho-gestor>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. ICMBIO. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Descobrimento**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, dez.

2014. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/parna-do-descobrimento/arquivos/parnadesco-brimento_pm_v1.pdf. Acesso em: 18 jan. 2025.

BRASIL. ICMBIO. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Descobrimento**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, dez. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/parna-do-descobrimento/institucional/plano-de-manejo>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BRASIL. ICMBIO. Instrução normativa nº 9, de 5 de dezembro de 2014. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais (Processo Administrativo nº 02070.001464/2013-68). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Poder Executivo, Brasília, 12 dez. 2013. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=124&data=12/12/2014>. Acesso em: 18 jan. 2025.

BRASIL. ICMBIO. FUNAI. Portaria conjunta nº 1, de 30 de junho de 2017. Constituir Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), conforme compromisso firmado no inciso I da Cláusula Terceira do Termo de Acordo celebrado entre o Ministério Público Federal, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e as lideranças indígenas do Povo Pataxó das aldeias Tibá, Cahy, Alegria Nova, Mucugê e Monte Dourado, na mesa de situação realizada em 31 de maio de 2017, em Teixeira de Freitas (BA). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Poder Executivo, Brasília, 03 jul. 2017. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/arp/2518>. Acesso em: 18 jan. 2025.

BRASIL. ICMBIO. **EXTRATO DE COMPROMISSO PROCESSO Nº: 02070.005666/2017-11**. Espécie: Primeiro Termo de Compromisso nº 02/2018, celebrado entre as comunidades indígenas Pataxó das aldeias Alegria Nova, Gurita, Kaí, Monte Dourado, Pequi e Tibá, da Terra Indígena Comexatibá e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, com a participação da Fundação Nacional do Índio. OBJETO: Estabelecer normas de convivência entre os membros das Comunidades Indígenas, e o ICMBio para a área de sobreposição entre a Terra Indígena e o Parque Nacional do Descobrimento, bem como pactuar condições de uso e manejo das terras e dos recursos naturais nas áreas da Unidade de Conservação. Publicado 02 abr. 2018. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/arp/2518>. Acesso em: 18 jan. 2025.

BRASIL. ICMBIO. Portaria ICMBIO nº 889, de 22 de março de 2023. Modifica a composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Descobrimento no estado da Bahia (Processo nº 02001.004721/2007-99). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Poder Executivo, Brasília, 24 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/>

mata-atlantica/lista-de-ucs/parna-do-descobrimento/institucional/com selho-gestor. Acesso em: 31 jan. 2025.

BRASIL. ICMBIO. **Termo de Compromisso nº 02/2018 (com alterações dadas pelo PRIMEIRO TERMO ADITIVO)**. Termo de Compromisso que entre si celebram o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e as comunidades indígenas Pataxó das aldeias Alegria Nova, Gurita, Kaí, Monte Dourado, Pequi e Tibá, da Terra Indígena Comexatibá, para estabelecer normas de convivência entre as partes na área de sobreposição entre o Parque Nacional do Descobrimento e a Terra Indígena Comexatibá. Publicado **30 mar. 2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/parna-do-descobrimento>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BRASIL / ICMBIO. Processo de mudança do nome do PND. **gov.br**, Brasília, 10 oct. 2024, 00:34. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/parna-do-descobrimento/saiba-mais/mudanca-de-nome-do-pnd>. Acesso em: 31 jan. 2025.

CÉSAR, América Lúcia Silva. **Lições de Abril: a construção da autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha**. Salvador: EDUFBA, 2011.

CONSERVATION INTERNACIONAL. Biodiversity Hotspots: Targeted investment in nature’s most important places. **conservation.org**, Washington D.C, 2025. Disponível em: <https://www.conservation.org/priorities/biodiversity-hotspots>. Acesso em: 10 fev. 2025.

DOMINGUEZ, José Maria Landim; MARTIN, Louis; BITTENCOURT, Abílio Carlos da Silva. A Costa do Descobrimento: a geologia vista das caravelas (SIGEP 71). In: SCHOBENHAUS, Carlos; CAMPOS, José Elói Guimarães; QUEIROZ, Emanuel Teixeira de; WINGE, Manfredo; BERBERT-BORN, Mylène Luiza Cunha. **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. 1ª ed. Brasília: DNPM/CPRM – Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), 2000. p. 233-241. Disponível em: <https://sigep.eco.br/sitio071/sitio071.htm>. Acesso em: 17 jan. 2025.

PIMENTEL, Álamo. **Entrevista cedida a Virginia Martins Fonseca**. Cumuruxatiba (Prado, Bahia), 08 de janeiro de 2025. Entrevista em vídeo (Google Meet).

MALDONADO-TORRES, Nelson Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos (Universidad Central); Instituto Pensar (Pontificia Universidad Javeriana), 2007, p.127-167. Disponível em: <https://observatorioedhemfoco.com.br/observatorio/el-giro-decolonial-reflexiones-para-una-diversidad-epistemica-mas-alla-del-capitalismo-global/>. Acesso em: 31 jan. 2025.

DREIFUSS, René. **A era das perplexidades**: mundialização, globalização e planetarização. Petrópolis: Vozes, 1996.

MORTARI, Cláudia; MORAIS DE ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto; TOMBINI WITTMANN, Luísa; ANIZIO CASSIANO, Tathiana Cristina da Silva. Colonialidad y Decolonialidad Combativa: Entrevista Con Nelson Maldonado-Torres. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 141-164, dezembro de 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/78165>. Acesso em: 22 jan. 2025.

MYERS, Norman. Threatened biotas: Hot spots in tropical forests. **Environmentalist**, v. 8, p. 187-208, september 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF02240252>. Acesso em: 22 jan. 2025.

PALMIERI, Roberto; VERÍSSIMO, Adalberto. **Conselhos de Unidades de Conservação**: guia sobre sua criação e seu funcionamento. Piracicaba: Imaflora; Belém: Imazon, 2009.

PIMENTEL, Álamo. O colonialismo da memória na Costa do Descobrimento. In: CARMO, Bougleux Bomjardim da Silva. **Estado e sociedade sob olhares in(ter)disciplinares**: experiências e perspectivas territoriais no Sul da Bahia. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. p.19-36.

PIMENTEL, Álamo; FUKUDA, Juliana. **Descolonizando o nome do Parque Nacional do Descobrimento**. Oeco.org, Rio de Janeiro, 31 oct. 2023. Disponível em: <https://oeco.org.br/analises/descolonizando-o-nome-do-parque-nacional-do-descobrimento/>. Acesso em: 31 jan. 2025.

RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA. RBMA Território e Zoneamento. 2026. **rbma.org.br**, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://rbma.org.br/n/a-rbma/territorio-e-zoneamento/>. Acesso em: 24 mai. 2026.

UFSB. Mudança do nome do Parque Nacional do Descobrimento. **ufsb.edu.br**, 21 nov. 2023, 11:00. Disponível em <https://ufsb.edu.br/eventos-ufsb/4372-enquete-mudanca-do-nome-do-parque-nacional-do-descobrimento>. Acesso em: 31 jan. 2025.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Apoio Financeiro à Qualificação da UFVJM.

Contato da autora:

Autora: Virginia Martins Fonseca
e-mail: virginia.martins@ufvjm.edu.br

Manuscrito aprovado para publicação em: 01/02/2026.